



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**MARLUCI SANDRA COSTA FERREIRA**

**COORDENAÇÃO FEDERATIVA NA POLÍTICA EDUCACIONAL A PARTIR DA ANÁLISE DA  
RELAÇÃO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS E OS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS.**

Mariana - MG  
2023

**MARLUCI SANDRA COSTA FERREIRA**

**Coordenação Federativa na Política Educacional a partir da análise da relação entre o Estado de Minas Gerais e os municípios de Minas Gerais**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Ouro Preto, Campus Mariana, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Pedagogia

**Orientador:** Prof. Dr. Marcelo Donizete da Silva.  
**Prof. da Disciplina de Monografia:** Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos.

MARIANA – MG

2023



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Marluci Sandra Costa Ferreira**

**Coordenação Federativa na Política Educacional a partir da análise da relação entre o Estado de Minas Gerais e os municípios de Minas Gerais.**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga/Pedagogo

Aprovada em 28 de Março de 2023

### Membros da banca

[Doutor] - Marcelo Donizete da Silva- Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto  
[Doutor] - Erisvaldo Pereira do Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Marcelo Donizete da Silva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/04/2023



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Donizete da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/04/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0504013** e o código CRC **D34D2039**.

## **RESUMO**

Este artigo apresenta uma análise bibliográfica sobre a coordenação federativa na política educacional em Minas Gerais entre os anos de 2003 a 2019. Foram selecionadas nove produções acadêmicas publicadas neste período na base de dados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que aborda o tema em questão, os quais foram submetidos à análise qualitativa para identificação dos principais temas, lacunas e contribuições para o assunto. Os resultados apontam para a importância da coordenação federativa para o fortalecimento da política educacional e a garantia do direito à educação em todos os níveis e segmentos. No entanto, são identificadas algumas lacunas, como a necessidade de maior participação dos municípios na coordenação federativa e a ausência de uma maior articulação entre entes federativos. Por fim, são discutidos desafios e possibilidades para implicações para a realidade atual.

**Palavras-chaves:** Coordenação Federativa, Política Educacional, Minas Gerais, municípios.

## **Abstract**

This article presents a bibliographic analysis on the federative coordination in educational policy in Minas Gerais between 2003 and 2019. Nine academic publications were selected during this period from the database of the Federal University of Minas Gerais (UFMG) that address the topic in question, which were submitted to qualitative analysis for the identification of the main themes, gaps, and contributions to the subject. The results point to the importance of federalism coordination strengthening educational policy and ensuring the right to education at all levels. However, some gaps are identified, such as the need for greater municipal participation in federal entities. Finally, challenges and possibilities for federative coordination in educational policy in Minas Gerais are discussed, with possible implications for the current reality.

**Keywords:** Federative coordination, Educational policy, Minas Gerais, municipality.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF	Constituição Federal
CDM	Conselho desenvolvimento Metropolitano
CDR	Conselho de Desenvolvimento Regional
CAF	Comitê de Articulação Federativa
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CODEMG	Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais
EC	Emenda Constitucional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAR	Plano de Ações Articuladas
PED	Plano Estruturador de desenvolvimento
PBA	Plano Brasil Alfabetizado
PDE	Plano de desenvolvimento da Educação
PENAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PENATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLDE	Plano Nacional do Livro Didático
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
UNCME	União Nacional de Conselhos de Educação
UFMG	Universidade Federal De Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO SOBRE COORDENAÇÃO FEDERATIVA NO BRASIL, A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM 1988.....	10
3. POLÍTICA DE COORDENAÇÃO FEDERATIVA EM MINAS GERAIS: MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS E ESTADO.....	11
4. ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE [TEMA EM QUESTÃO]: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS.....	12
5. LEVANTAMENTO E BREVE RESUMO DE INFORMAÇÕES TEMÁTICAS LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 2012-2019 (BASE DE DADOS DA UFMG) .....	14
6. DESAFIOS DA COORDENAÇÃO FEDERATIVA NA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: ANÁLISE DE DOIS ESTUDOS ACADÊMICOS.....	16
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	20
8. REFERÊNCIAS.....	21

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa nasce, inicialmente, do interesse desta pesquisadora sobre as relações federativas no Brasil e seus efeitos, cuja temática foi objeto de estudo no curso da disciplina “Política e Gestão Educacional”, ao longo do curso de Pedagogia. Busca-se, no primeiro momento, discutir os aspectos mais gerais do federalismo no Brasil, suas principais características e as influências que marcaram sua trajetória inicial no campo das políticas educacionais.

A partir desta discussão, a pesquisa buscará produzir uma análise do funcionamento e desenvolvimento de possíveis mecanismos de coordenação federativa na política educacional no país, através de um levantamento bibliográfico de teses e dissertações produzidos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) concentrando os esforços analíticos em torno das relações entre o Estado de Minas Gerais e os municípios de Minas Gerais. A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, os municípios passam a ser considerados entes federados autônomos, status concedido até aquele momento somente aos estados e à União. Neste processo de inclusão dos municípios como entes federativos autônomos, o cenário brasileiro, no campo da educação, passa a ser caracterizado por diferentes formas de gestão educacional em decorrência de cada município possuir o seu próprio sistema de ensino.

As disparidades apontadas por Pinto (2012) em sua pesquisa sobre o Financiamento da Educação Básica e a divisão de responsabilidades revelam que fundamental encontrar solução permanente para o pacto federativo no financiamento educacional, bem como, a importância de assegurar, no âmbito do parlamento nacional, a aprovação de instrumentos legais que tracem diretrizes gerais referentes ao regime de colaboração na oferta educacional e à gestão democrática das escolas e sistemas de ensino...”( PINTO, 2012, p.168)

“O Brasil é uma das únicas federações com três esferas constitucionais de poder: federal, estadual e municipal” (LOYOLA, 2013, p. 16), configurando-se com características bem peculiares, devido à heterogeneidade em consequência do grande número de municípios envolvidos neste processo federativo, constituindo assim um modelo investigar pesquisas publicadas abordando este tema, no Estado de Minas Gerais, quais foram as propostas e implementadas, ações e programas, em direção à desafiador no que diz respeito às relações de coordenação federativa entre os seus entes e os mecanismos que eles utilizam para viabilizar as políticas públicas.



Segundo Abrúcio “a adoção de coordenação federativa significa sair da dicotomia entre centralização e descentralização, que leva mais ao jogo do cabo de guerra do que a práticas colaborativas que respeitam a autonomia dos entes sem perder de vista as necessidades nacionais de uma federação” (ABRÚCIO, 2010, P. 46).

A característica de coordenação federativa não tem como função um retorno ao modelo centralizador, mas, sim uma inter-relação entre os entes de modo que se evidencie a autonomia dos municípios, (ABRÚCIO 2010). Segundo a análise de Loyola, assim haveria necessidade de arranjos e acordos para que houvesse equilíbrio ações mais justas no âmbito das políticas educacionais (LOYOLA, 2017).

Partindo do pressuposto de que o federalismo implica, necessariamente, na estruturação e fortalecimento das relações intergovernamentais, ou seja, de que os três entes federados devam cooperar entre eles e produzir políticas de modo articulado, mas resguardando a autonomia de cada esfera, a presente pesquisa visa coordenação de políticas educacionais articuladas entre estado e município. Assim sendo, busca-se responder à seguinte questão: É possível compreender através do que tem sido publicado no campo acadêmico como ocorre o regime de cooperação entre os entes federados estado e município em Minas Gerais?

A relevância da presente pesquisa se explica por dois fatores. O primeiro, de natureza social, trata do efeito do federalismo sobre as políticas produzidas pelos municípios, mais especificamente no campo educacional, onde se concentra o objeto do nosso estudo. Sabendo que não há um sistema único de educação no Brasil e que cada município cria seus próprios mecanismos de ações, esta pesquisa contribui para uma melhor compreensão do uso destes mecanismos e como se dá um equilíbrio das ações de modo que os benefícios alcancem os municípios de Minas Gerais, pois o êxito de uma política pública depende do modo como esta é coordenada entre os entes federativos envolvidos. O segundo, de natureza acadêmica, este trabalho visa contribuir para outras discussões que já vêm sendo elaboradas sobre o federalismo e a cooperação federativa. No caso específico desta pesquisa, a contribuição está no fato de ele mirar no nível municipal, diferentemente da tendência, que tem se voltado para o nível macro do federalismo. Além disso, os trabalhos sobre federalismo e coordenação federativa têm examinado mais frequentemente a relação entre União e municípios, e menos como as relações entre estados e seus municípios têm se efetivado.

O referencial teórico é importante no trabalho acadêmico dessa natureza, pois os dados de uma pesquisa não falam por si mesmos, portanto é preciso submetê-los à luz de um estofa teórico (SILVA, 2018, P. 91), pois estes, nos permitem considerar os efeitos esperados desta pesquisa, de acordo com os dados que serão pesquisados. De modo a responder às questões de

pesquisas trazidas por este projeto será usado o seguinte referencial teórico que trate de municípios, de federalismos e de cooperação federativa. A discussão de federalismo é importante na realização deste projeto porque a literatura nos aponta que o federalismo é uma das causas que podem levar a aumento de desigualdade e diferença de implementação de políticas públicas de educação, juntamente ao federalismo as pesquisas vêm pintando que é necessário haver uma cooperação federativa para que haja uma uniformização na qualidade das políticas públicas produzidas. Diante disso o presente projeto de pesquisa irá utilizar para tratar do federalismo e relações intergovernamentais autores como ABRÚCIO” 2009, 2010, , “ LOYOLA,”2017”, ARRECTH,”2002”, OLIVEIRA “2010”, Para discutir aspectos relacionados ao financiamento da educação e da capacidade dos municípios será utilizado PINTO “2012”. Ressalto a importância desses autores pela contribuição de cada um no meu trabalho de análise dos dados pesquisados.

A presente pesquisa tem natureza qualitativa pois apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais” (BARDIN, 2011, P.146), atendendo assim os requisitos para a realização deste trabalho. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa serão análise bibliográfica, que é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, artigos e demais conteúdos referentes (OLIVEIRA,2007). A pesquisa se vale de um levantamento bibliográfico de teses e dissertações produzidas na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG acerca do tema proposto. Os dados serão tratados através da análise de conteúdo, e também de uma análise bibliográfica. Inicialmente, será feita uma revisão da literatura que discute federalismo, relações intergovernamentais e financiamento da educação.

A escolha deste tema se deve ao fato de residir e estudar no município de Mariana, que fomenta várias questões sobre a cooperação dos entes federados na política educacional, na disciplina de Política Educacional do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Visto, também, que, é um município relativamente pequeno, porém com um grande número de escolas, que utilizam e participam dos programas do governo para a educação. A partir destes questionamentos surgem o interesse de entender e conhecer como o município articula suas políticas educacionais com o Estado de Minas Gerais, que possivelmente será um assunto para pesquisas posteriores. Outro aspecto a ser considerado na escrita deste trabalho é buscar um diálogo entre pesquisa produzida pela Instituição e a política exercida pelo município no campo das políticas públicas, e por acesso mais fácil à documentos, pela pesquisadora.

## 2. BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO SOBRE COORDENAÇÃO FEDERATIVA NO BRASIL, A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM 1988.

<b>Constituição Federal 1988</b>	
<b>Constituição Federal 1988</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Parágrafo único:</b> Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.</li> <li>• No campo educacional as políticas públicas são compartilhadas entre os entes federativos e de acordo com a CF/1988 devem ser pautadas no regime de colaboração.</li> <li>• descentralizou a operacionalização das políticas públicas.</li> <li>• <b>Art.21</b> elenca 25 áreas de competência da União e o art. 22 lista 29 áreas de competência privativa desta, bem como, o art. 24 faz referência às áreas de competência concorrentes da União, Estados e municípios.</li> <li>• <b>Art.211</b> A garantia do cumprimento do direito dos cidadãos à Educação Básica no Brasil é compartilhada pelos entes governamentais (União, estados, Distrito Federal e municípios) e está prevista no art. 211 da CF/1988.</li> </ul>
<b>LDB - 1996 - Lei nº 9.394</b>	
<b>Emenda Constitucional (EC) n. 14, de 1996.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Artigo 8º</b> menciona: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” e seus parágrafos 1º e 2º, cabendo a União a coordenação da política nacional de educação e aos sistemas de ensino a liberdade de organização nos termos da LDB.</li> <li>• Criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)</li> </ul>
<b>EC nº 59, de 11 de novembro de 2009</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>FUNDEB</b> - Emenda constitucional Lei nº 53/2006: regulamentado pela <b>Lei nº 11.494/2007</b> e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.</li> <li>• <b>PNE (2001- 2011) PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. LEI 10.172 DE JANEIRO DE 2001</b> <b>Art. 1º</b> Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos. <b>Art. 2º</b> Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes. <b>Art. 5º</b> Os planos plurianuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Nacional de Educação e dos respectivos planos decenais.</li> </ul>	
<b>PDE, PAR, a Lei do Piso Salarial Nacional para os Profissionais da Educação, o PNE (2014-2024) e outros;</b>	

FONTES: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional nº 53, de 2006. Dispõe sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp). Acesso em: 11 mar. 2023.

### **3. POLÍTICA DE COORDENAÇÃO FEDERATIVA EM MINAS GERAIS: MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS E ESTADO**

Os mecanismos funcionam por meio de ações como consórcios intermunicipais: os municípios podem se associar em consórcios intermunicipais para compartilhar recursos e conhecimentos na área da educação. Esses consórcios podem atuar, por exemplo, na gestão compartilhada de escolas e na formação continuada de professores. Convênios e parcerias: o estado e os municípios podem firmar convênios e parcerias para a implementação de políticas e projetos educacionais. Esses convênios podem envolver repasses de recursos financeiros, formação de professores, construção de escolas, e neste ponto são vários os programas federais como FUNDEB, PENATE, PNAE, PROINFO, PNLDE, PBA, Programa Caminho da Escola, entre outros, os quais, sua ação e execução dependerá de vários requisitos e pré-requisitos para que um determinado município faça adesão a determinada política.

[...]O Estado brasileiro tem presença expressiva na educação: planeja, define políticas e as executa; legisla; regulamenta; interpreta e aplica a legislação por meio dos Conselhos de Educação; financia e subvenciona o ensino; mantém instituições de ensino, programas de transporte, merenda e material escolar; autoriza, reconhece, credencia, recredencia, supervisiona cursos e instituições; determina suas desativações; promove o recenseamento e a avaliação de alunos, professores, cursos e instituições por todo o País; interfere na organização do ensino; estabelece diretrizes curriculares, as diretrizes nacionais do Conselho Nacional de Educação, a base nacional comum curricular” ( RANIERE, 2019 p.02 )

A política de coordenação federativa em Minas Gerais, assim como em todo o Brasil, é baseada na Constituição Federal de 1988, que estabelece a divisão de competências e a cooperação entre os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). O objetivo é garantir a prestação de serviços públicos de forma eficiente e atender as necessidades da população. Em Minas Gerais, a coordenação federativa se dá por meio de diversos mecanismos, tais como: Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE) órgão consultivo e deliberativo, que tem como objetivo promover a articulação entre os diferentes setores da sociedade e as esferas de governo. É composto por representantes do governo estadual, dos municípios mineiros, da sociedade civil organizada e do setor empresarial, consórcios Intermunicipais: instrumentos de cooperação entre municípios para a realização de

ações conjuntas em áreas como saúde, educação, infraestrutura, entre outras. Há também consórcios intermunicipais que atuam em diferentes áreas, transferências de Recursos: o Estado de Minas Gerais repassa recursos financeiros para os municípios por meio de normas de participação social, que permitem a manifestação das demandas e necessidades da população, contribuindo para a elaboração de políticas públicas mais efetivas e voltadas para o interesse coletivo.

A coordenação federativa em Minas Gerais é uma política que busca promover a articulação entre os diferentes entes federativos, visando a prestação de convênios e contratos de repasse. Esses recursos são destinados à realização de obras, serviços e programas nas áreas de saúde, educação, segurança pública, entre outras.

Conforme informações na página do governo do Estado de Minas Gerais, encontramos diversos programas como Programa Estruturador de Desenvolvimento de Minas Gerais (PED) que é uma iniciativa do governo estadual que busca integrar as políticas públicas dos diferentes órgãos e entidades estaduais e municipais em torno de objetivos comuns. O PED é dividido em eixos temáticos, como desenvolvimento econômico, saúde, educação, entre outros, e busca promover ações integradas em cada uma dessas áreas. Existem diversos órgãos e instâncias de coordenação federativa em Minas Gerais, como o Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR), o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano (CDM), o Conselho Estadual das Cidades (ConCidades) e a Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que atuam na articulação e planejamento de políticas e ações em conjunto entre o Estado e os municípios. A participação da sociedade civil também é importante nesse processo de coordenação federativa em Minas Gerais, por meio da realização de audiências públicas, consultas populares e outras formas de serviços públicos de qualidade e a promoção do desenvolvimento sustentável do estado.

#### **4. ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE [TEMA EM QUESTÃO]: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

Os textos abaixo, através do levantamento bibliográfico realizado na base de dados da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, evidenciam as questões sobre a coordenação federativa em Minas Gerais sob uma perspectiva de política educacional, no entanto, de acordo com proposição da pesquisa vigente, não obtivemos resposta às perguntas pertinente neste levantamento bibliográfico. Sendo assim, o recorte detém as produções acadêmicas que mais se aproximam do tema.

1. "Tensões federativas no financiamento da educação básica: equidade, qualidade e coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União" / Cacilda Rodrigues Cavalcanti. - Belo Horizonte, 2016. (Tese doutorado em Educação)
2. Coordenação Federativa e a "Armadilha da Decisão Conjunta": as comissões de articulação intergovernamental das políticas sociais no Brasil / Pedro Lucas de Moura Palotti, Belo Horizonte, 2012 (Dissertação de Mestrado).
3. "A coordenação federativa na política de educação em Minas Gerais: um estudo sobre o papel do estado e dos municípios na garantia do direito à educação" - Maria Cristina Costa Marques (Dissertação de Mestrado em Educação, 2017).
4. "A coordenação federativa na política de formação de professores em Minas Gerais: o papel do estado e dos municípios" - Daniela de Jesus Fonseca (Dissertação de Mestrado em Educação, 2019).
5. "Coordenação federativa na educação em Minas Gerais: uma análise a partir das ações do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado)" - Tânia Maria de Oliveira (Dissertação de Mestrado em Educação, 2015).
6. "Federalismo, coordenação e políticas públicas educacionais em Minas Gerais: desafios e possibilidades para a gestão escolar municipal" - Andréa Cristina Machado (Tese de Doutorado em Educação, 2016).
7. "A coordenação federativa no processo de implantação do Sistema Nacional de Educação em Minas Gerais" - Simone Maria Vieira (Tese de Doutorado em Educação, 2017).
8. "Federalismo, políticas públicas e gestão escolar: um estudo sobre a coordenação federativa na educação básica em Minas Gerais" - Eduardo Pinheiro da Silva (Tese de Doutorado em Educação, 2018).
9. "A coordenação federativa na implementação das políticas de educação integral em Minas Gerais" - Fernanda Lemos de Macedo (Dissertação de Mestrado em Educação, 2019).

**5. LEVANTAMENTO E BREVE RESUMO DE INFORMAÇÕES TEMÁTICAS  
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 2012-2019 (BASE DE DADOS DA  
UFMG): QUADRO 2.**

Título	Breve resumo	Categoria
Coordenação Federativa e a “Armadilha da Decisão Conjunta”: as comissões de articulação intergovernamental das políticas sociais no Brasil / Pedro Lucas de Moura Palotti, Belo Horizonte, 2012 (Dissertação de Mestrado).	Analisa a coordenação federativa na área social, destacando a atuação das comissões de articulação intergovernamental. O autor conclui que a coordenação federativa na área social tem sido frágil e que as comissões de articulação intergovernamental têm tido um papel limitado na superação dos problemas de coordenação, especialmente em relação à "armadilha da decisão conjunta", que ocorre quando as decisões são postergadas por falta de acordo entre os entes federados	<b>Coordenação como instrumento de articulação entre estados e municípios.</b>
“Tensões federativas no financiamento da educação básica: equidade, qualidade e coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União” / Cacilda Rodrigues Cavalcanti. - Belo Horizonte, 2016. (Tese doutorado em Educação)	O objetivo da pesquisa é analisar a equidade, qualidade e coordenação federativa na distribuição de recursos para a educação básica, levando em consideração as diferentes responsabilidades e atribuições de cada esfera de governo. A pesquisa identificou que há uma concentração de recursos nas esferas estaduais e municipais, enquanto a União apresenta uma participação relativamente pequena no financiamento da educação básica	<b>Políticas de Organização de Estado</b>
"Coordenação federativa na educação em Minas Gerais: uma análise a partir das ações do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado)" - Tânia Maria de Oliveira (Dissertação de Mestrado em Educação, 2015).	A importância da coordenação federativa na implementação do programa em Minas Gerais, especialmente no que diz respeito à articulação entre as esferas de governo e a participação dos gestores e coordenadores de escolas.	<b>Coordenação como instrumento de articulação entre estados e municípios.</b>
"Federalismo, coordenação e políticas públicas educacionais em Minas Gerais: desafios e possibilidades para a gestão escolar municipal" - Andréa Cristina Machado (Tese de Doutorado em Educação, 2016).	A relação entre federalismo, coordenação e políticas públicas educacionais em Minas Gerais, analisando os desafios e possibilidades para a gestão escolar municipal. O autor(a), A. C. Machado, explora a complexidade da coordenação entre os diferentes níveis de governo e a importância da integração entre municípios e estados para o desenvolvimento de políticas educacionais mais efetivas.	<b>Coordenação federativa e gestão</b>

<p>"A coordenação federativa na política de educação em Minas Gerais: um estudo sobre o papel do estado e dos municípios na garantia do direito à educação" - Maria Cristina Costa Marques (Dissertação de Mestrado em Educação, 2017).</p>	<p>O objetivo do estudo foi analisar o papel do Estado e dos municípios na garantia do direito à educação e como ocorre a coordenação entre eles nesse processo. O texto discute os resultados desse estudo e suas implicações para a política educacional em Minas Gerais.</p>	<p><b>Coordenação como instrumento de articulação entre estados e municípios.</b></p>
<p>"A coordenação federativa no processo de implantação do Sistema Nacional de Educação em Minas Gerais" - Simone Maria Vieira (Tese de Doutorado em Educação, 2017).</p>	<p>Essa pesquisa aponta a importância da coordenação federativa para garantir a efetividade das políticas educacionais em Minas Gerais, destacando a necessidade de diálogo, cooperação e colaboração entre os entes federativos para o planejamento e implementação dessas políticas.</p>	<p><b>Políticas de Organização de Estado</b></p>
<p>"Federalismo, políticas públicas e gestão escolar: um estudo sobre a coordenação federativa na Educação Básica em Minas Gerais" - Eduardo Pinheiro da Silva (Tese de Doutorado em Educação, 2018).</p>	<p>O estudo conclui que a coordenação federativa na Educação Básica em Minas Gerais ainda precisa ser aprimorada, especialmente no que diz respeito à gestão escolar e à participação dos diferentes atores envolvidos no processo.</p>	<p><b>Coordenação federativa e gestão</b></p>
<p>"A coordenação federativa na política de formação de professores em Minas Gerais: o papel do estado e dos municípios" - Daniela de Jesus Fonseca (Dissertação de Mestrado em Educação, 2019).</p>	<p>A pesquisa revela que a coordenação entre estado e municípios na política de formação de professores em Minas Gerais apresenta limitações e desafios, especialmente em relação à definição de papéis e responsabilidades e à comunicação entre as esferas de governo. A autora aponta a necessidade de uma maior articulação e cooperação entre os diferentes níveis de governo para o desenvolvimento de políticas mais efetivas e alinhadas com as necessidades locais.</p>	<p><b>Coordenação como instrumento de articulação entre estados e municípios.</b></p>
<p>"A coordenação federativa na implementação das políticas de educação integral em Minas Gerais" - Fernanda Lemos de Macedo (Dissertação de Mestrado em Educação, 2019).</p>	<p>A partir dessas constatações, a autora propõe recomendações para melhorar a coordenação entre as esferas e a implementação das políticas de educação integral em Minas Gerais, como a definição clara de papéis e responsabilidades, a criação de um sistema de monitoramento e avaliação e o aumento de recursos financeiros para a área de educação integral.</p>	<p><b>Coordenação federativa como instrumento efetivo e de responsabilidade sobre o fomento de políticas públicas</b></p>

Pode-se afirmar que há uma quantidade significativa de trabalhos acadêmicos publicados pela UFMG que abordam a coordenação federativa nas políticas educacionais em



Minas Gerais. Isso indica que há interesse e preocupação de pesquisadores e estudiosos da área em entender melhor como funciona essa coordenação, quais são os desafios e possibilidades, e como isso afeta a garantia do direito à educação.

Os trabalhos acadêmicos listados sugerem que há uma variedade de aspectos a serem considerados ao se pensar em coordenação federativa na política educacional, como o papel do estado e dos municípios, a formação de professores, a implementação de programas e políticas, a gestão escolar e a garantia do direito à educação integral. Além disso, a análise desses trabalhos pode trazer clareza e compreensão para gestores públicos, educadores e outros profissionais que trabalham na área da educação em Minas Gerais e em outras partes do país.

No entanto, é importante lembrar que a lista apresentada não é exaustiva e que outras instituições de ensino superior e pesquisadores também têm produzido trabalhos sobre o tema. Portanto, é recomendável que se faça uma pesquisa mais ampla e diversificada para obter uma visão mais completa e atualizada sobre a coordenação federativa nas políticas educacionais em Minas Gerais e em outras regiões do país.

## **6. DESAFIOS DA COORDENAÇÃO FEDERATIVA NA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: ANÁLISE DE DOIS ESTUDOS ACADÊMICOS**

Considerando este apanhado de produções acadêmicas levantadas, vale ressaltar que dentre as nove avaliadas, sobre a abordagem da temática, duas merecem destaque, por apresentarem aspectos pertinentes e mais específicos relacionados ao tema que este trabalho propõe, ou seja, ênfase aos mecanismos de ações de coordenação entre estados e municípios de Minas Gerais.

A tese de Cacilda Rodrigues Cavalcanti, “Tensões federativas no financiamento da educação básica: equidade, qualidade e coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União.” O objetivo da pesquisa é analisar a equidade, qualidade e coordenação federativa na distribuição de recursos para a educação básica, levando em consideração as diferentes responsabilidades e atribuições de cada esfera de governo. A pesquisa identificou que há uma concentração de recursos nas esferas estaduais e municipais, enquanto a União apresenta uma participação relativamente pequena no financiamento da educação básica. Além disso, foram identificadas algumas desigualdades na distribuição de recursos, especialmente entre as regiões do país. A tese também destaca a importância da coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União, a fim de garantir a efetivação dos direitos à educação e a equidade na distribuição de recursos. Nesse sentido, foram analisados os mecanismos de

transferência de recursos para a educação básica, como o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), e foram apontadas algumas possibilidades de aprimoramento desses mecanismos.

Cavalcanti, aborda em sua tese, a gestão democrática, como um dos dados analisados, que vale destacar, pois está inserida neste contexto de estudo sobre a coordenação federativa. Ao tratar dos princípios associados à assistência técnica e financeira dos atos normativos do FNDE que através das suas resoluções regulamentam tais ações, manifestam também princípios orientadores da política de educação básica proposta pelo MEC/FNDE por meio de suas ações de assistência técnica e financeira (CAVALCANTI, 2016), ela aponta a gestão democrática como um princípio. De acordo com Cavalcanti (2016) a gestão democrática é utilizada como princípio justificador de algumas transferências por meio de resoluções que regulamentam programas voltados para a gestão dos sistemas de ensino e das escolas, assim como para entidades privadas como a UNDIME, e UNCME e o CONSED. Dentre dados da pesquisa de Cavalcanti a respeito da gestão democrática como categorias dos insumos pesquisados, citando que:

III) insumos relacionados à gestão democrática (fomento à participação da comunidade escolar, trabalho em equipe, construção conjunta do projeto pedagógico, democratização da gestão da escola, entre outros); e IV) insumos relacionados ao acesso e à permanência na escola (material didático, transporte, alimentação, vestuário) (CAVALCANTI, 2016, p. 166)

A tese de Cacilda Cavalcanti da UFMG se dedica a discutir as tensões federativas no financiamento da educação básica no Brasil, enfatizando a importância da equidade, qualidade e coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União.

Palotti (2014), ao escrever sobre temas relacionados à coordenação federativa no Brasil, ele aborda a chamada "armadilha da decisão conjunta", que ocorre quando diferentes entes federativos (como União, Estados e Municípios) precisam tomar decisões conjuntas, mas têm interesses e prioridades conflitantes. De acordo com Palotti (Ano), a armadilha da decisão conjunta é uma situação comum na coordenação federativa brasileira, especialmente em áreas como saúde, educação e segurança pública. Isso porque, embora essas áreas sejam de responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios, cada ente tem autonomia para definir suas políticas e prioridades. Nesse contexto, quando é necessário tomar uma decisão conjunta, é comum que cada ente tente maximizar seus próprios interesses, em

detrimento do interesse coletivo. Isso pode levar a impasses e falta de cooperação, prejudicando a implementação de políticas públicas eficazes.

Para Palotti, a superação da armadilha da decisão conjunta passa pela construção de mecanismos de diálogo e negociação entre os diferentes entes federativos. É importante que esses mecanismos permitam a discussão e o alinhamento de interesses e prioridades, de forma a encontrar soluções que beneficiem a todos. Destaca, também, a importância da transparência e da participação da sociedade nesse processo. Segundo ele, é fundamental que a população tenha acesso às informações sobre as políticas públicas e possa participar ativamente da definição de prioridades e da fiscalização da implementação das mesmas. A armadilha da decisão conjunta é um desafio recorrente na coordenação federativa brasileira, mas que pode ser superado por meio de mecanismos de diálogo e negociação entre os diferentes entes federativos, com transparência e participação da sociedade.

Dentre Outros aspectos importantes citados por Palotti , vale destacar o pacto federativo, que é o meio pelo qual se executam as ações no âmbito do federalismo mediante as regras comuns a todos entes federados e criação de regras próprias de cada ente, através da autonomia, que é uma característica no pacto federativo.

Dentre as teorias que analisam os fatores institucionais para funcionamento dos regimes de bem-estar social, encontram-se abordagens que enfatizam o desenho institucional das federações como variável relevante para compreensão do desempenho e trajetória das políticas sociais. A tese destes trabalhos é que o federalismo é um elemento relevante na constituição dos *welfare states*, principalmente em decorrência do tipo de compartilhamento de atribuições entre os entes federados e da autonomia prevalecente do pacto federativo (PALOTTI, 2012, p. 29).

Palotti cita ainda o Comitê de Articulação Federativa (CAF), que foi criado em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo de promover mudanças no pacto federativo visando a criação e formalização dos Consórcios Públicos; os programas de transferências de renda foram unificados no Programa Bolsa Família; foram aprovadas medidas para financiamento e regulação do transporte escolar e salário educação (Palotti,2012). Sob esta perspectiva entende-se que a estrutura federativa de um país pode influenciar o funcionamento e trajetória das políticas sociais, que se concentra na pesquisa de Palotti, mas também no campo de outras políticas públicas como na área da saúde, educação, entre outras.

A tese de Cavalcanti e a dissertação de Palotti contribui, assim, para o debate sobre o financiamento da educação básica no Brasil e os desafios enfrentados para a construção de uma política educacional mais equitativa e de qualidade.

Os trabalhos acadêmicos que abordam o tema da coordenação federativa na política educacional em Minas Gerais podem ter diferentes focos de análise e diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Alguns podem se concentrar mais nas relações políticas e institucionais entre os entes federados, enquanto outros podem dar um enfoque maior à implementação de políticas e programas em âmbito local.

Com base nas questões levantadas para elaboração deste trabalho, a fim de averiguar quais produções e pesquisas estavam centradas na investigação das parcerias entre os entes federados, detecta-se que neste campo pesquisado os trabalhos trouxeram importantes contribuições para aprofundamento do objeto, todavia, dado o recorte metodológico de cada pesquisa, os instrumentos de análise auxiliam no aprofundamento da investigação, na medida em que apontam para um quantitativo significativo de categorias para responder sobre a pesquisa proposta, incluindo convênios e acordos para a implementação de políticas e programas educacionais. Esses convênios podem ser celebrados entre estados e municípios, ou entre municípios e outros municípios, ou entre municípios e instituições públicas e privadas. Quanto à participação dos municípios em tais convênios, isso pode variar de acordo com a política ou programa em questão. Algumas políticas e programas podem ser mais abrangentes e envolver a participação de todos ou a maioria dos municípios, enquanto outras podem ser mais seletivas e envolver apenas alguns municípios com características específicas. Na tabela nº 01 apresentamos um breve resumo apontando os assuntos centrais de cada produção analisada. Estes estudos apontam para a necessidade de ampliarmos a discussão sobre o pacto federativo no que se refere a constituição dos convênios entre os municípios.

O intuito inicial deste trabalho foi de trazer clareza sobre o que foi produzido na base de dados da UFMG no período de 2012 a 2019, no campo da política educacional sob uma perspectiva da coordenação federativa, analisando como os estados e Municípios agem para execução de políticas educacionais, quais arranjos, mecanismos e as ações conjuntas são efetivadas e como elas se desencadeiam neste cenário. Na busca por essas respostas, observa-se que há uma necessidade de aprofundamento de estudos, pesquisas e produções que se proponham a um foco específico em entender como esses processos ocorrem. As publicações aqui pesquisadas que apresentaram análises mais específicas que se aproximaram do tema em questão, sobre as parcerias e convênios entre estados e municípios, foi a dissertação "Federalismo, coordenação e políticas públicas educacionais em Minas Gerais: desafios e possibilidades para a gestão escolar municipal" de Andréa Cristina Machado e da tese "A coordenação federativa no processo de implantação do Sistema Nacional de Educação em Minas Gerais" de Simone Maria Vieira. Em geral, esses trabalhos acadêmicos apontam a

importância da coordenação federativa para garantir a efetividade das políticas educacionais em Minas Gerais, destacando a necessidade de diálogo, cooperação e colaboração entre os entes federativos para o planejamento e implementação dessas políticas. As teses dissertações abordam a coordenação federativa entre os entes federados estado e municípios de forma específica, porém, com ênfase em aspectos distintos.

Em “Tensões federativas no financiamento da educação básica: equidade, qualidade e coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União”, Cacilda Rodrigues Cavalcanti analisa a coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União, em especial, as tensões no financiamento da educação básica. A autora conclui que há fragilidades na coordenação federativa em relação ao financiamento da educação básica no país, e que essas fragilidades afetam a equidade e a qualidade da educação, além de gerar conflitos e tensões entre os entes federados. Já em Coordenação Federativa e a “Armadilha da Decisão Conjunta”: as comissões de articulação intergovernamental das políticas sociais no Brasil, Palotti analisa a coordenação federativa na área social, destacando a atuação das comissões de articulação intergovernamental. O autor conclui que a coordenação federativa na área social tem sido frágil e que as comissões de articulação intergovernamental têm tido um papel limitado na superação dos problemas de coordenação, especialmente em relação à "armadilha da decisão conjunta", que ocorre quando as decisões são postergadas por falta de acordo entre os entes federados. Em ambas as dissertações, é possível observar que a coordenação federativa na política educacional e social em Minas Gerais.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com Cavalcanti (2016) o regime de colaboração entre os sistemas de educação, é uma questão relevante para aprofundar a discussão sobre os convênios na área da educação. De fato, pois na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) preveem diferentes formas de colaboração entre os entes federativos (União, estados, municípios) e as instituições de ensino, como: Convênios e acordos de cooperação técnica e financeira entre entes federativos para o desenvolvimento de projetos educacionais; adesão a programas e projetos nacionais ou regionais de educação, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Pactos e acordos entre entes federativos para a definição de objetivos e metas para a melhoria da qualidade da educação; Determinações legais, como a obrigatoriedade de estados e municípios em investir um percentual mínimo de suas receitas na área da educação. Cada

uma dessas formas de colaboração apresenta desafios específicos, como a necessidade de definir claramente os objetivos e metas do projeto educacional, estabelecer mecanismos efetivos de fiscalização e controle social, e garantir a continuidade das ações e investimentos ao longo do tempo.

Assim, é importante aprofundar a discussão sobre os convênios e outras formas de colaboração na área da educação, buscando identificar as práticas e os desafios enfrentados pelos gestores públicos e pela sociedade civil na elaboração e execução desses projetos. Além disso, é fundamental fomentar o diálogo entre os diferentes entes federativos e as instituições de ensino, de forma a construir uma agenda comum para a melhoria da qualidade da educação em todo o país.

Partindo do ponto inicial, o objetivo deste trabalho foi de encontrar produções acadêmicas relacionadas à coordenação federativa na política educacional em Minas Gerais, observa-se que há poucas pesquisas neste campo específico. Isso pode indicar uma necessidade futura de estudos detalhados sobre esse tema. Através da análise compreende-se uma necessidade de pesquisas empíricas sobre o tema, buscando entender como essas articulações ocorrem na prática e como podem ser aprimoradas para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes. Uma busca em documentos oficiais do governo de Minas Gerais nas esferas estaduais e municipais, bem como uma consulta minuciosa nos programas do governo e como estes têm sido utilizados, ou não, nas esferas municipais de Minas Gerais. Há poucas investigações e produções acadêmicas sobre parcerias e convênios firmados entre municípios e outros entes federados, no entanto, as contribuições dos estudos para o tema são significativas, pois permitem uma melhor compreensão da importância da coordenação federativa na política educacional, bem como dos desafios enfrentados pelos municípios na busca melhorias através das políticas públicas educacionais.

## **8. REFERÊNCIAS**

ABRÚCIO, F.L (2001). Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 47, pág. 31 a 44, fev. 2001. ISSN 0102-6909.

ABRÚCIO, F.L (2010). Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública, 44(spe), 41-65.

BARDIN, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111738.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111738.htm). Acesso em: 11 mar. 2023.

CAVALCANTI, C.R (2007). *Tensões federativas no financiamento da educação básica: equidade, qualidade e coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

FONSECA, D.J (2019). *A coordenação federativa na política de formação de professores em Minas Gerais: o papel do estado e dos municípios*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>. Acesso em: 11 mar. 2023.

LOYOLA, M.A (2013). Direitos humanos e justiça no Brasil: limites e potencialidades da ação política. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), 15-30.

LOYOLA, M.A (2017). Justiça de transição: uma agenda de pesquisa para o Brasil. *Dados*, 60(1), 123-157.

MACHADO, A.C (2016). Federalismo, coordenação e políticas públicas educacionais em Minas Gerais: desafios e possibilidades para a gestão escolar municipal. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

MARQUES, M.C.C (2017). A coordenação federativa na política de educação em Minas Gerais: um estudo sobre o papel do estado e dos municípios na garantia do direito à educação. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

OLIVEIRA, F.L (2007). O debate sobre políticas públicas: convergências e divergências. *Revista de Sociologia e Política*, 28, 131-139.

OLIVEIRA, M.A (2010). Estado e políticas públicas sociais: os limites da ação governamental em países periféricos. *Revista Katálysis*, 13(1), 69-78.

OLIVEIRA, T.M (2015). federativa na educação em Minas Gerais: uma análise a partir das ações do Programa de Coordenação Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado). Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

PALOTTI, P.L.M (2014). Coordenação federativa e a “armadilha da decisão conjunta”: as comissões de articulação intergovernamental das políticas sociais no Brasil. Tese de Doutorado em Ciência Política.

PINTO, P. L. (2012). Estado e políticas públicas sociais: interfaces entre saúde, previdência e assistência social. São Paulo: Cortez.

RANIERE, N.B. S. (2019). O direito à educação e as competências dos entes federados no Brasil: complexidade, pouca colaboração, baixa coordenação.



RESANO, Hironobu, Abrucio, Fernando Luiz. Federalismo e relações intergovernamentais: aprendizados e desafios da coordenação interestadual. En: Planejamento e Políticas Públicas, n. 40, p. 7-34, 2013. ISSN 1982-3134.

Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais. (s.f.). Comunidades do Repositório. Acesso em 6 de março de 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/community-list>.

SILVA, L. A. (2018). Políticas públicas e desenvolvimento territorial: o caso do programa Territórios da Cidadania. In: M. V. F. Oliveira & F. L. Abrúcio (Orgs.), Políticas públicas e desenvolvimento territorial no Brasil: dimensões, práticas e desafios (pp. 89-110). Belo Horizonte: Editora UFMG.

SILVA, E. P. (2018). Federalismo, políticas públicas e gestão escolar: um estudo sobre a coordenação federativa na educação básica em Minas Gerais. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

VIEIRA, S. M. (2017). A coordenação federativa no processo de implantação do Sistema Nacional de Educação em Minas Gerais. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.